



16

DIAS
de ativismo

*Pela Vida das
Companheiras!*



16 Dias de Ativismo pela Vida das Companheiras

No dia 25 de Novembro, que marca o Dia Internacional pelo Fim da Violência Contra a Mulher, inicia-se no Brasil e no mundo a Campanha “16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres”. Esse movimento, abraçado por diversas organizações, tem por objetivo ampliar o debate sobre a situação de violência ainda tão presente na realidade de milhões de mulheres e apontar, coletivamente, caminhos para a superação dessa violência.

Para nós da Pastoral da Juventude, essa atividade fortalece a Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher, lançada em 2018 durante o 12º Encontro Nacional da PJ como resposta ao desejo coletivo e urgente de despertar para o enfrentamento dessa violência, visando o empoderamento das mulheres e a construção de novas masculinidades e de novas relações entre mulheres e homens.

Através dessa Campanha, ousamos desnaturalizar o machismo e o patriarcado que sustentam essa cultura de violência para reconstruir relações justas e igualitárias. Promover esses debates dentro e fora dos espaços eclesiais é fundamental para que possamos levar informação e transformação para nossas comunidades, especialmente porque muitas vítimas de violência doméstica se encontram em nossas Igrejas, e muitas vezes sem o apoio necessário para denunciar.

O material que veremos ao longo dos próximos 16 dias faz parte de uma construção coletiva, preparado pelo GT Nacional da Campanha, com o intuito de apresentar um caminho “cronológico” do desenvolvimento das relações de gênero entre meninos e meninas desde a infância e como esse processo tem consequências na nossa forma de nos relacionarmos com outras pessoas, perpetuando os comportamentos que geram violência, bem como motivar o diálogo sobre a violência contra as mulheres e nos inquietar na busca de novos caminhos que levem a profundas transformações.

**Caminheemos, juntas e juntos, em defesa
da vida das companheiras!**



Construção das relações de Gênero na Infância

As crianças constroem um "sistema interno de regras de gênero" a partir de sua experiência e das representações disponíveis na cultura em que está inserida. Através da linguagem e de estímulos sociais e culturais com que interagem, as crianças aprendem as expectativas para seu comportamento. A relação com outras crianças, com os adultos com quem convivem, no cotidiano da escola, na rua e nos diversos ambientes que fazem parte do seu dia a dia contribuem para a construção das brincadeiras e expressões performadas pelas crianças.

É principalmente o discurso dos adultos que as crianças tem como referência que as ensinam como "devem" se comportar. No processo educativo, as brincadeiras infantis não são neutras. Quando se oferece bonecas, panelinhas, fogões e vassouras para as meninas, enquanto aos meninos são oferecidos carrinhos, bolas e correrias, limitamos suas opções e designamos condutas a serem cumpridas: confinam as mulheres no plano doméstico e os homens no espaço externo.

Expressões como "isto não são modos de meninas" ou "meninos não choram" são formas de reforçar conceitos de feminilidade e masculinidade, valores culturais que acentuam, no homem, características de agressividade, independência, força e atividade; e na mulher, características de fragilidade, dependência, docilidade e passividade.

É importante destacarmos que as crianças ainda não possuem o sexismo da forma como ele está disseminado na cultura construída pelos adultos: as crianças vão aprendendo a oposição e a hierarquia dos sexos ao longo do tempo, tendo esse comportamento reforçado na convivência com a família e a permanência na escola. As crianças, porém, não são recipientes passivos, mas estão sempre (re)negociando suas relações. Essas aprendizagens em relação ao gênero, internalizadas na infância, vão se desdobrando nas relações estabelecidas durante toda a vida e ora são reproduzidas, ora são transformadas e recriadas num profundo processo de reinvenção.

Sendo assim, cabe às famílias, escolas e sociedade serem não apenas um espaço de manutenção dessas relações e hierarquias, mas um lugar que permita profundas transformações, oferecendo um ambiente favorável à desconstrução de padrões engessados que não nos servem mais enquanto sociedade.

Construção das relações de gênero na adolescência

Os/as adolescentes demonstram as concepções de gênero a partir do contexto social e político no qual estão inseridos/as. Dessa forma, as suas experiências contribuem para construção da própria identidade e dos significados sobre o mundo. Para essa construção, é importante a discussão sobre identidade de gênero, que é influenciada pela herança familiar, contextos religiosos e socio-culturais, pela mídia e por aqueles do seu convívio social. Essa herança é um reflexo das ideologias transmitidas de geração em geração que podem ser incorporadas na sua totalidade pelos adolescentes ou modificadas mediante suas vivências.

A adolescência é um momento de experimentações e descobertas, que é influenciado pelas relações de poder, questões de gênero, valores, culturas, comportamentos, contextos políticos, econômicos e espirituais e modelos de sociedade.

Durante séculos, discute-se o que é imposto pela sociedade como o “certo” para os meninos que é ser heterossexual, machista, provedor e chefe de família e isso faz com que muitos se inibam quanto a sua real aspiração com relação a sua própria orientação sexual, identidade sexual, sua sexualidade, fantasias, opiniões, atitudes, valores, comportamentos, práticas e relacionamentos.

No que se refere às meninas, isso se torna ainda mais complexo, pois o olhar sobre elas é sempre idealizado no romantismo, passando a ideia de que precisam ser carinhosas, frágeis e protetoras do lar. Essa “obrigação” que é referida desde a infância impede diretamente a manifestação dos reais interesses e comportamentos perante a sociedade machista e patriarcalista.

A construção da sexualidade e das questões de gênero na adolescência, socialmente, ainda se caracteriza pelo compartilhamento de saberes e experiências de pais, mães, responsáveis e daqueles do seu convívio social, pois o atual formato desigual das relações de gênero tem como reflexo a vulnerabilidade dos/das adolescentes. Além dos agravos de saúde, a vulnerabilidade também se estabelece nas relações sociais.

Portanto, discutir gênero na adolescência é imprescindível para entender as relações estabelecidas e como isso se reflete na vivência da sexualidade, concepção e construção de suas identidades.

Contudo, entende-se que os adolescentes são sujeitos reais, do presente, com suas vivências e experiências e, independente da aceitação ou não de suas características e especificidades, estão construindo suas histórias e fazendo história. É certo que nessa fase da vida, os adolescentes estão em processo de descoberta e, por isso, é fundamental a discussão sobre liberdade sexual, gênero, machismo e feminismo, no intuito de construir sua sexualidade sem preconceitos.

Afetividade e Sexualidade

A afetividade e sexualidade são caminhos para que a juventude seja feliz e tenha mais vida. Quando descobertas e vivenciadas de forma saudável e com sabedoria, essas duas potências dadas a nós por Deus são ferramentas de expressão de nossa identidade, subjetividade e de nossa realização pessoal.

O ponto de partida para falarmos de educação para a afetividade e a sexualidade é a compreensão da pessoa humana em todas as suas dimensões: corpórea, psíquica e espiritual. Essas duas forças compreendem o ser humano em sua totalidade e podem ser um instrumento que nos leva ao amor partilhado, ao encontro com o outro e a outra e à comunhão.

Para entender mais de afetividade e sexualidade, temos que compreender os conceitos. A sexualidade é uma realidade dinâmica, um componente fundamental de nossa personalidade e uma das maiores riquezas do ser humano. É um modo de ser, de se manifestar, de se comunicar com as pessoas, de sentir, de expressar e de viver as relações e o amor. Além de seres afetivos, somos seres sexuados. Tudo o que somos, sentimos, pensamos e fazemos é estruturado a partir da nossa identidade sexual. Somos seres diferentes, mas ao mesmo tempo partilhamos valores e a dignidade humana. A sexualidade esconde surpresas e, às vezes, perplexidade. É também uma base indispensável para a realização do ser humano e, se desenvolvida a partir da repressão, pode carregar traços que nos lembram bloqueios, medo do corpo e da forma de lidarmos com ele, dificuldades em expressar a afetividade, receio de tratar a sexualidade.

A afetividade é a capacidade que temos de experimentar ou vivenciar internamente os fatos que acontecem à nossa volta. Todas as coisas que acontecem ao nosso redor nos afetam, produzem ecos internos em nós. Manifestamos estes ecos através de emoções e sentimentos como alegria, amor, raiva, surpresa, medo... Nós somos seres afetivos por natureza. O afeto permeia nossas relações com a família, amigos, grupos, comunidade, sociedade, Igreja, Deus, ambiente, cosmos. E não nos relacionamos com as pessoas de forma igual: com algumas, o afeto é mais intenso do que com outras.

Descobrir e desenvolver a sexualidade e a afetividade é de grande importância para as relações com o outro e com a outra, mas também diz muito sobre a forma como nos relacionamos conosco, com o nosso próprio corpo. Especialmente no período da adolescência, quando passamos a desenvolver uma nova relação com os corpos, é importante o cultivo do amor-próprio e da nossa autoestima. Sabemos que falar de amor-próprio não é nada fácil, principalmente nesse período em que a tendência é comparar o próprio corpo com o dos e das colegas, em um intrincado jogo de disputa de poder e popularidade em muitos círculos sociais. Mas o cultivo do autoamor e da nossa autoestima são essenciais. Gostar de si mesma/o, se aceitar, compreender e viver bem com quem a gente é se torna um passo importante para que tenhamos uma relação de carinho e afeto conosco e, conseqüentemente, com o outro e a outra.

É importante cultivar as relações a partir da afetividade com as pessoas com quem nos envolvemos, afinal, o amor é reflexo da própria vida de Deus. Mas é igualmente importante considerar os valores fundamentais para todos os relacionamentos, de forma a construirmos sempre relações pautadas no respeito mútuo, na honestidade, na acolhida, na escuta e na valorização do outro e da outra em suas diferenças e especificidades.

Referências:

Adolescência e autoestima. Ellen de Oliveira Moraes Senra. O Psicólogo Online. Disponível em: <https://opsicologoonline.com.br/adolescencia-e-autoestima/>

Na trilha do Grupo de Jovens: como cuidar da pessoa no grupo de jovens? Fabrício Preto, Simone Costa Moreira (orgs.). Centro de Capacitação da Juventude, São Paulo, 2008.



A Cultura do Machismo: Conhecer para gerar novas relações

O machismo é um conjunto de pensamentos, atitudes e costumes que fazem os homens acreditarem serem superiores às mulheres. Tais comportamentos justificam atos discriminatórios contra as mulheres, pois se acredita que homens e mulheres têm papéis diferentes de acordo com cada gênero, onde o homem sempre tem mais direitos e privilégios. Nossa sociedade, ao longo do tempo, normalizou tanto a cultura machista que esta encontra-se, ainda, enraizada no seio da sociedade.

O machismo surge ainda na idade antiga, na própria instituição familiar, onde o homem era tido como figura central, como autoridade máxima em relação aos outros membros da sua família. Este modelo de família, centrado na supremacia masculina, foi sendo repassado ao longo dos anos e as gerações foram reproduzindo-o de tal maneira que se tornou natural e, desta forma, configuraram-se papéis predeterminado entre os gêneros.

Embora, com o passar dos anos, este modelo tenha sido questionado, e considerando também uma evolução nesta estrutura familiar, ainda há uma predominância da soberania masculina no que se refere às diversas relações entre homens e mulheres, relações estas que continuam a acontecer de forma desigual.

Ser machista é compartilhar do pensamento que homens devem ser privilegiados em relação às mulheres, e isto vem sendo ensinado às nossas crianças como uma crença, no qual há, sem dúvidas, diferenças de papéis entre os gêneros. Ao crescerem, essas ideias se perpetuam nos diversos espaços sociais e culturais, fazendo com que não somente os homens tenham pensamentos e atitudes machistas, mas muitas vezes as próprias mulheres terminam por reproduzir tais conceitos.

Como reflexo destes ideais machistas, a violência contra as mulheres vem se consolidando e crescendo ano após ano. Ainda precisamos avançar muito, e compreender que este modelo machista de sociedade não faz bem para ninguém: não faz bem para as mulheres, que são violentadas e oprimidas, e não faz bem para os homens, que precisam demonstrar, de acordo com este pensamento, uma masculinidade baseada na força e na agressividade.

É preciso romper com esta estrutura machista, é preciso (re)pensar e (re)criar novas relações entre homens e mulheres, que sejam saudáveis, que sejam baseadas no respeito e na igualdade de gênero, pois o MACHISMO mata todos os dias.

Referência:

MOYA Isabela, Machismo você entende mesmo o que significa? Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-machismo/>.

Imposição de papéis de gênero como vetor de desigualdade

Os modos de encarar o corpo e a construção de gênero e sexualidade são elaborados socialmente e culturalmente em cada sociedade; ou seja, não há uma identidade masculina e uma identidade feminina única, fixa, imutável, universal, válida para todos os tempos e espaços. Na maior parte das sociedades, no entanto, é possível perceber a criação de uma ideologia que sustenta relações, onde o masculino é mais ressaltado, valorizado, tido como superior, enquanto as mulheres são colocadas em lugares subalternos e vistas como submissas, de forma a consolidar práticas de dominação e sustentação do patriarcado e da cultura machista que nos rodeia. Esse conceito segue sendo utilizado para classificar e desclassificar atribuições masculinas e femininas, perpetuando práticas de exclusão e desigualdade.

A reprodução dos papéis sociais distintos desde a primeira infância, como vista nos dias anteriores, tais como a classificação de brincadeiras “de meninos” e “de meninas”, a divisão de tarefas da casa entre meninas e meninos, cores que só podem ser usadas por determinado gênero e o conceito de predeterminação psicológica (como a atribuição da racionalidade aos homens e da afetividade às mulheres) reforça a estrutura familiar patriarcal e a ideia determinista de que as mulheres devem permanecer no ambiente privado, doméstico, da vida familiar, exercendo um trabalho árduo e não remunerado de gestoras da família, enquanto aos homens cabem os espaços públicos, a função de provedor da casa. No ambiente familiar também se nota a distinção entre as tarefas exercidas por homens e mulheres, deixando às mães e esposas a responsabilidade da chamada tripla jornada de trabalho, que envolvem o trabalho remunerado externo que por ventura exerçam, além do cuidado com a casa e com os filhos e filhas.

Também reforça a desigualdade de gênero no mercado de trabalho, ligando as mulheres às profissões das áreas de educação e cuidados de saúde, enquanto outras profissões que envolvem força e habilidades “racionais” são dominadas pelos homens. Essa distinção aparece também na diferença salarial entre homens e mulheres: estima-se que as mulheres recebam 30% menos do que homens quando ocupam a mesma posição/cargo em uma empresa. O número de mulheres ocupando altos cargos de poder em empresas também são muito menores em relação aos homens, isso porque, muitas vezes, são consideradas menos aptas ou mesmo deixam de ser contratadas pelo “empecilho” de serem mães ou passíveis de engravidarem.

Existe ainda uma grande assimetria entre homens e mulheres na esfera política, estando as mulheres sub representadas nas arenas de poder e tomada de decisão, como nas casas legislativas, nos cargos executivos, no judiciário e mesmo nos conselhos de direitos presentes em diversos municípios e estados.

Além das distinções apontadas, é importante ressaltar que esses contrastes nas relações entre os gêneros são interseccionais, tendo elementos como classe e raça como variáveis na reprodução dessas desigualdades. Dessa forma, o gênero, tal como é vivenciado, legitima essas relações de poder assimétricas em todas as esferas, que perpetuam diferenças no acesso aos recursos naturais, sociais, culturais e simbólicos em cada sociedade.

O machismo afeta mulheres e homens

O machismo é muito mais que apenas um modo de pensar ou uma atitude individual. É um elemento estruturante da nossa sociedade, moldando as relações não só entre homens e mulheres, mas também entre seus pares. Desde muito cedo somos condicionados a se comportar de tal modo, se aproximando o máximo possível dos estereótipos machistas de masculinidade e de feminilidade. Desta cultura machista estruturante que se originam as definições de feminino, em que a mulher é destinada à dimensão do cuidado e do lar, à reprodução e o prazer, à passividade e a submissão, enquanto o homem é destinado à vida pública, ao trabalho, a virilidade e agressividade.

O machismo, como toda relação de poder, foi construído e é mantido com base na força e na violência para garantir o privilégio de uns em detrimento e outros. Nesse caso, quem carrega a duras penas o peso dos privilégios dos homens são as mulheres. Não é recente a luta em que as mulheres, a partir das correntes feministas, evidenciam a grande violência que sofrem pelos homens e buscam ampliar os seus direitos.

Contudo, a desigualdade e a violência parecem não diminuir. As mulheres ainda recebem 30% a menos que homens e não alcançam o as 13% dos cargos eletivos na política brasileira. Não só lhes são negados seus direitos sexuais e reprodutivos como há um grande desrespeito ao corpo da mulher objetificado e sexualizado. Basta conferir os dados (muitas vezes incompletos) sobre a pressão à maternidade, a violência obstétrica, o assédio e o estupro. E se não bastasse toda essa violência, o machismo em sua maior expressão rouba o direito à vida das mulheres, tratadas como posse, ou como um pedaço de carne, vítimas em grande parte das pessoas mais próximas, de quem devia se esperar uma atitude de proteção. Registramos um caso se feminicídio a cada 7 horas!

A luta contra o machismo, contudo, não é a luta contra os homens, mas contra estruturas e comportamentos que causam a violência e morte, inclusive de homens. Os privilégios que os homens têm com machismo não são livres de ônus. O estereótipo “macho” reproduzido pela masculinidade hegemônica que pressupõe que os homens sejam viris, fortes, ativos, provedores é altamente destrutivo.

Os homens são os que mais morrem por problemas de saúde, por falta de higiene e cuidado com a saúde, pelo consumo de altos níveis de gordura, álcool e tabaco. O câncer de próstata, a doença que mais mata entre os homens, ainda é um grande tabu uma vez que 21% da população masculina acima de 40 anos não faz o exame de toque retal, essencial no diagnóstico do câncer, por não considerar “coisa de homem”. A repressão das emoções torna os homens as maiores vítimas das doenças emocionais, com taxas de suicídio quase quatro vezes maiores que as mulheres. Se falamos de fatores externos, como violência e acidentes de trânsito, os homens representam mais de 90% das vítimas. Na dimensão sexual o estereótipo pornográfico, cria no imaginário masculino performances irreais, causando várias disfunções sexuais, limitando o vivencia do prazer ao falo. Um em cada cinco homens entre 22 e 30 já recorreu algum estimulante por insegurança.

Podemos afirmar que o machismo não faz bem a ninguém. Ceifa vidas tanto de mulheres quanto de homens, mesmo que cada um à sua forma. Por isso, construir novas relações de gênero não é só responsabilidade das mulheres, mas também dos todos os homens.

Referências:

CATRACA LIVRE. Brasil registra um caso de feminicídio a cada 7 horas. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-registra-um-caso-de-feminicidio-a-cada-7-horas/>. Acesso em: 01 dez. 2020

FERNANDES, Nathan. Como estereótipos de masculinidade afetam a vida e a saúde dos homens. Disponível em: <https://www.justicadesaia.com.br/como-estereotipos-de-masculinidade-afetam-a-vida-e-a-saude-dos-homens/>. Acesso em: 01 dez. 2020.



A luta por direitos e igualdade de gênero

A luta histórica das mulheres pela igualdade de gênero, por direitos iguais e por mais liberdade remonta ao século XIX com a luta pelo sufrágio feminino, ou seja, o direito ao voto. Mais tarde, na década de 1960, o movimento lutou pela ampliação de direitos legais e sociais, abordando temas como família, direitos reprodutivos, sexualidade, educação, mercado de trabalho e a emancipação feminina.

Toda essa luta gerou muitos avanços na condição das mulheres na atualidade: o direito ao voto, ao acesso à educação, a promoção de políticas públicas e a criação de leis que amparam mulheres em diversas situações de violência e vulnerabilidade são algumas conquistas alcançadas ao longo do último século. Mas a tão sonhada equidade e a igualdade de oportunidades ainda não foram alcançadas. Muitas mulheres ainda sofrem com a violência de gênero, a desigualdade no mercado de trabalho, a cultura do estupro e o feminicídio.

Um dos grandes desafios na luta por direitos é superar o preconceito que distorce os movimentos feministas, transformando-os em uma busca desenfreada por poder das mulheres sobre os homens. Ao contrário dessa crença comum disseminada por pessoas que antagonizam o movimento, os feminismos falam sobre igualdade, direitos e sobre a busca por uma sociedade que preze pelo bem-viver entre todas as pessoas.

Hoje, os movimentos feministas têm muitas vertentes – como o feminismo negro, marxista, interseccional, decolonial, ecofeminismo, entre outros. Essa segmentação leva em conta que mulheres de diferentes classes sociais, etnias e culturas tem diferentes necessidades.

É importante lembrar que a solidariedade e a interseccionalidade são essenciais para alcançar nossos objetivos comuns. Assim, homens também podem e devem sem inserir nessa discussão. Reconhecer os privilégios outorgados aos meninos como reflexo da sociedade patriarcal em que vivemos; mostrar solidariedade e apoio às meninas e mulheres em suas lutas diárias; desconstruir discursos e piadas machistas em sua roda de amigos; desafiar-se a repensar as formas de masculinidade que perpetuam esse sistema de opressão; ajudar a transformar as relações assimétricas de poder entre os gêneros; compreender que a igualdade de gênero é um direito universal de todas as pessoas e, sobretudo, estarem abertos à escuta e ao diálogo são passos fundamentais com os quais nossos companheiros homens podem contribuir nessa luta universal por igualdade de gênero e pelo fim da violência contra as mulheres.

A luta por direitos e as ações políticas efetivadas pelo movimento feminista foram e são fundamentais para explicitar as formas de opressão vivenciadas pelas mulheres ao longo dos séculos. A agenda política feminista, numa perspectiva emancipatória, é imprescindível para fortalecer a luta contra todo sistema que segue gerando e perpetuando opressões. Por isso, o feminismo e a luta por direitos, assumida por todas e todos, é ainda um caminho estratégico que pode favorecer a construção de uma nova sociedade, da nossa sonhada Civilização do Amor.

Objetificação dos corpos femininos

Quando falamos em objetificação do corpo feminino nos referimos à banalização da imagem da mulher; é reduzir o corpo à condição de objeto, algo inanimado que existe pelo simples fim de satisfazer as necessidades de alguém (em geral homens); é subtrair das meninas e mulheres todos os outros aspectos que nos constroem como pessoa – nossa personalidade, nosso intelecto, nossa história, nossos sonhos.

Essa lógica se apresenta de diversas formas. Está na hiper sexualização das mulheres - isso aparece no cinema, na literatura, na música, em campanhas publicitárias e em tantos outros meios que continuam perpetuando essa cultura; também está presente quando falamos na fetichização dos corpos de mulheres negras, gordas, trans, indígenas. Esse conceito está intimamente ligado à ideia forjada pela sociedade patriarcal de que o corpo da mulher existe para satisfazer os prazeres masculinos.

Esse fenômeno da objetificação traz consigo uma infinidade de problemáticas que tem consequências muito danosas para a vida das mulheres, como o estabelecimento de um padrão de beleza irreal e inalcançável, que pode levar à sérios problemas de auto estima, transtornos alimentares, depressão; a naturalização da violência de gênero e da cultura do estupro; a desqualificação da figura da mulher, que também se reflete na falta de equidade nos ambientes acadêmico e profissional. O impacto que tem na saúde mental e na autoestima de meninas e mulheres é imensurável, e pode levar, inclusive, a um medo real de construir relações consigo mesmas e com outras pessoas.

Então é fundamental que passemos por uma mudança no olhar e na mentalidade. Para isso é importante que deixemos de consumir conteúdos tóxicos, que incentivem esse fenômeno, que fazem com que meninas e mulheres duvidem de si mesmas, que as façam querer competir umas com as outras; é importante que não naturalizemos esse discurso e busquemos sempre desconstruí-lo, mesmo que apareçam na forma de “piadas” machistas na roda de amigos; e, sobretudo, que ampliemos nosso olhar para novas formas de vermos e de transformarmos nossas relações com nós mesmas/os e com o mundo.

Violência contra a mulher, como identificar?

A violência contra a mulher ocorre geralmente em ambientes fechados como no ambiente familiar, em sua maioria praticada por alguém muito próximo da vítima como o marido, companheiro ou namorado.

A violência vem correndo de forma silenciosa, pois não é vista como um problema social e sim um problema privado entre as partes, desta forma temos frases que normalizam estes relacionamentos violentos como por exemplo: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” e desta forma as violências vão ocorrendo em diversos e espaços.

A violência ocorre em diversas formas e são bastante complexas e não ocorrem isoladas uma da outra, trazendo assim graves consequências para a mulher.

Os tipos de violência são:

1. Violência física – Entendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher, podendo ocorrer lesões graves e deixá-la incapacitada de exercer tarefas habituais por toda a vida e podendo levá-la a morte.

2. Violência psicológica – Considerada qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, que prejudique seu pleno desenvolvimento visando controlar suas ações, decisões e comportamentos.

3. Violência sexual – Trata-se de qualquer conduta que constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

4. Violência patrimonial – configura-se como qualquer conduta que configure retenção, subtração destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

5. Violência moral – São condutas que configure calúnia, difamação ou injúria, por exemplo atitudes como comentários ofensivos e humilhante na frente de estranhos ou conhecidos.

Estas mulheres que passam ou passaram por estas violações carregam consigo traumas, medo, insegurança, vergonha sentimento de culpa, pois esta violência vem de quem deveria protegê-la, desta forma é necessário que tenha redes integradas de proteção para estas mulheres vítimas de violência.

Cor, gênero e classe: os desafios das mulheres pretas

No Brasil, a maioria das mulheres negras está na base da pirâmide social, sujeitas às piores condições de trabalho, menores salários, ocupando postos de trabalho precários e vivendo em lugares sem condições básicas de moradia e sustentabilidade.

As estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) comprovam que 21% das mulheres negras são empregadas domésticas, muitas das vezes sem carteira assinada e direito trabalhista. Ainda, todos os estudos comprovam que as mulheres negras estão entre os piores índices de indicadores sociais e econômicos do país.

Acerca das condições de vida, na questão de saneamento, de condições estruturais, as mulheres negras são na grande maioria das vezes as mais prejudicadas. Cerca de 40% das mulheres negras não têm acesso a esgoto. Esses são fatores que influenciam no número de óbitos causados pelo coronavírus e também em outras questões relacionadas à saúde pública. Da mesma forma, mulheres negras têm um rendimento médio real menor que a metade da renda de homens brancos. Acima delas também estão os homens negros e em seguida as mulheres brancas.

Tais condições se perpetuam por diversos fatores onde a mulher negra enfrenta ainda alguns tabus, o preconceito de gênero (vivido por toda mulher), o de raça (que versa sobre a população preta e parda) e o de classe (nos quais estão inseridos os mais vulneráveis).

No Mapa da Violência, encontram-se dados alarmantes: enquanto o feminicídio de mulheres negras experimentou um crescimento de 54,2% entre 2003 e 2013, no mesmo período, o homicídio de mulheres brancas caiu 9,8%. Sem falar na objetificação e hipersexualização do corpo negro, a construção da "mulata" e da "Globeleza" mostra um trágico passado ainda muito presente repleto de violências: sexuais, psicológicas e morais.

Quando não precisa se defender, a mulher negra tem que defender os seus: também de acordo com o Mapa da Violência, dos cerca de 30 mil jovens entre 15 e 29 anos assassinados por ano no Brasil, 93% são homens e 77% são negros. Além de enfrentar o racismo enraizado que se reflete todos os dias, que lhe priva direitos, afetos, cuidados e até mesmo o exercício de ser quem se é.

Diante de tal realidade é necessário lutarmos juntos/as por políticas públicas que garantam os direitos das mulheres negras e os façam valer, como também fazer ecoar o grito de tantas companheiras que sofrem e são silenciadas. Pois como diria a escritora Audre Lorde, "não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas".

Referências:

<http://www.onumulheres.org.br/noticias/homicidio-contra-negras-aumenta-54-em-10-anos-aponta-mapa-da-violencia-2015/www.mapadaviolencia.org.br>

<https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>

Mulheres em situação de cárcere: a violência de gênero por trás das grades

O Sistema Prisional Brasileiro é marcado pela superlotação, por infraestruturas precárias e violação a Direitos Humanos essenciais como o acesso a saúde, privacidade, intimidade e escolaridade.

O cárcere feminino é uma realidade enfrentada por muitas mulheres em nosso país. Entretanto, o que se percebe é que a mulher ao adentrar no sistema prisional se depara com condições indignas para se viver, pois se deparam com um cárcere que não foi pensado para suprir as suas particularidades.

Como vimos, o encarceramento feminino além de possuir condições inadequadas de infraestrutura, superpopulação e violação a direitos básicos para a dignidade de qualquer ser humano, representa uma das violências mais frequentes contra mulheres no país.

Nota-se que as políticas públicas concernentes ao cárcere adotam um modelo unicamente masculino para a elaboração de suas diretrizes, o que evidencia a grande consequência desse sistema, que é a violência sofrida pelas mulheres, tanto no âmbito físico, quando no psíquico e emocional. Desse modo, o bem mais precioso de cada indivíduo é afetado, que é a sua dignidade humana (RAMPIN, 2011, p. 31).

Assim, é evidente que o sistema prisional brasileiro foi elaborado para atender às necessidades masculinas, uma vez que, os homens sempre foram o público alvo desse sistema e preenche a maior parte das cadeias no país.

Ocorre que, as mulheres encarceradas não podem ser tratadas iguais aos homens, pois apresentam necessidade bastantes diferentes as do sexo oposto. São especificidades do gênero feminino e que não podem simplesmente serem ignoradas ou violadas pelo sistema, pois devem ter maiores cuidados para com a mulher e suas particularidades como a maternidade, o impacto físico e psíquico da alteração cíclica dos hormônios, a gravidez, a amamentação, a saúde ginecológica e a higiene íntima e pessoal.

A professora de direito do Centro Universitário de Brasília, Carolina Ferreira, em abril de 2017, apresentou em audiência pública que abordou como temática a Humanização de presídios femininos outros tipos de violência cometidos contra as mulheres nos presídios. Em pesquisa realizada sobre o sistema carcerário feminino, ela identificou a violência física; a violência psicológica, por meio da supressão de políticas de acesso a direitos; e a violência institucional, que se revela nas leis pensadas sem considerar as necessidades femininas e a falta de articulação entre os poderes para a implementação dos direitos.

Nessa mesma audiência, a irmã Petra Silvia Pfaller, coordenadora nacional para a questão da mulher presa da Pastoral Carcerária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), denunciou diversas violações de direitos ocorridos no ambiente prisional de mulheres. Entre os principais problemas, ela encontrou crianças encarceradas com suas mães; celas quentes, sem iluminação nem ventilação; ausência de banheiros; e mulheres com marcas de feridas causadas por insetos e agressões de agentes ou outras detentas. "Não sou eu que estou falando, são as mulheres que me pedem: irmã, fala lá fora por nós, porque nós não somos ouvidas", disse a irmã.

Diante dessa triste realidade de muitas mulheres de nosso país, é necessário entendermos mais a fundo as suas dificuldades, para que possamos dar voz, vez e lugar a essas mulheres. Não restam dúvidas que o sistema prisional brasileiro é totalmente fundado em bases patriarcais e antropocêntrico, atua de forma violenta, estigmatizadora e seletiva. O Estado que deveria resguardar os direitos fundamentais dessas mulheres, opera como agente criminoso e criminalizante, pois ao estruturarem prisões inadequadas para abrigar a população feminina, não pensando em suas particularidades e as submetendo a tratamentos que não consideram suas necessidades, promove sua invisibilidade e acentua a desigualdade de gênero.

Referências

<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-processual-penal/encarceramento-feminino-desafios-invisiveis/>
http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anaais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf
[https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/audien-
cia-publica-discute-violencia-de-genero-nos-presidios-femininos](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-04/audien-
cia-publica-discute-violencia-de-genero-nos-presidios-femininos)
RAMPIN, Talita Tatiana Dias. Mulher e Sistema Penitenciário: A institucionalização da violência de gênero. Sistema penal e gênero: tópicos para emancipação feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica. 2011. P. 202. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Sistema_penal_e_genero.pdf>. Acesso em 29 maio 2017.

Violência contra a mulher, religião e Teologia Feminista

A religião, em suas diversas manifestações, é um componente muito importante em nossas vidas e na cultura brasileira. A cultura religiosa molda pensamentos e comportamentos, até mesmo de quem não se identifica com nenhuma religião. Elas congregam pessoas, transmitem valores éticos, ajudam a criar laços de solidariedade e fortalecem a esperança necessária para que as pessoas superem adversidades. Por outro lado, muitas vezes as religiões podem ser responsáveis por impor muitas limitações e perpetuar opressões, especialmente quando falamos de igualdade de gênero.

Infelizmente, a face mais visível das religiões no Brasil nos últimos anos tem sido a dos fundamentalismos, e a visão que essa face tem da mulher e seu papel na sociedade acaba por favorecer a violência de gênero em suas diversas formas. Quando observamos as relações construídas e mantidas entre homens e mulheres dentro do contexto religioso, percebemos que elas têm origem na própria interpretação das escrituras, ou seja, a Bíblia como Palavra sagrada de Deus torna-se o princípio que justifica o modo como as relações entre homens e mulheres devem ser mantidas. Se essa leitura é feita a partir de uma hermenêutica fundamentalista e patriarcal, a religião, que deveria ser uma dimensão facilitadora e enriquecedora na vida das mulheres, torna-se um obstáculo a mais para ser superado, e a ligação entre religião e violência contra as mulheres torna-se cada vez mais complexa.

Porém, para a interpretação inculturada da teologia cristã, a chave de leitura deve ser a suspeita. Suspeitar é a ordem do dia: suspeitar de tudo que está estabelecido, dos mitos, dos ditados, dos ritos. Mas do que vamos suspeitar? Daquela imagem de Deus-patriarca que se alia mais aos homens do que às mulheres, e que se apresenta quando é hora de legitimar a submissão, o silêncio, a humildade, o servilismo, a docilidade, a mansidão, qualidades todas que são dadas para as mulheres "femininas"; daquela palavra mal ensinada, daquela palavra que, disfarçada de libertadora, escraviza e aprisiona.

Outra chave de leitura para a nossa vivência cristã deve ser o cuidado com as metáforas. No antigo testamento é muito frequente associar Deus ao rei poderoso na batalha, forte e vingativo. Tais figuras estão nos coros, nos hinos. Já cantamos hinos e coros onde aparecem conceitos como guerra, batalhas, peleja sagrada, batalhões, luta, hostes inimigas. Esses conceitos são para indicar a luta entre o bem e o mal. Assim, estamos passando a ideia de que, para solucionar os problemas, temos o direito de usar a força bruta, pois Deus convida para a violência armada. Uma das nossas possibilidades, então, é rever e aprender a suspeitar de todas as ações que estejam nos ensinando comportamentos agressivos, discriminadores, violentos.

Há ainda diversos conceitos no imaginário e na doutrina da Igreja que facilitam diversas formas de violência. Além de exemplos de violência sexual amplamente conhecidos, um outro aspecto é a própria violência simbólica, como no fato de que os espaços de poder, a hierarquia da Igreja não é acessível para as mulheres; outro exemplo é a ideia do casamento indissolúvel, razão para convencer mulheres de que, mesmo se estiverem em relacionamentos abusivos, elas devem permanecer na relação.

Assim, temos o direito e o dever, como cristãs e cristãos fiéis ao Evangelho de Jesus Cristo, de questionar e não aceitar aqueles aprendizados teológicos-religiosos que fomentam o poderio do homem e a subordinação da mulher, sustentando assim as relações de violência. Acreditamos também que podemos dar pistas de atuações concretas quanto à superação dos ciclos de violência contra as mulheres, a partir de uma leitura libertadora da Bíblia, recuperando textos que estimulam para a vida, afinal, "o Evangelho é um conjunto de histórias que geram misericórdia e ajuda na construção do ser humano" (Ivone Gebara).

A proposição de uma nova hermenêutica para a leitura bíblica é o que a Teologia Feminista latino-americana tem feito já há muitas décadas, apontando para um centro hermenêutico igualitário. Essa outra forma de fazer teologia quer mostrar que a raiz da experiência cristã é igualitária, e que as estruturas e as relações de poder e de opressão também podem ser mudadas. O próprio Jesus foi muito ousado para o contexto social de sua época, rompendo com um machismo e um patriarcado arraigados, possibilitando que mulheres o seguissem na qualidade de discípulas. É uma atitude de quem tem coragem de romper com o estabelecido, propondo novas relações. Essa foi uma constante na prática de Jesus, e nos possibilita estabelecer uma nova ordem nas relações entre homens e mulheres, inaugurando experiências de valorização, protagonismo e igualdade.

A cultura do estupro

A expressão "cultura do estupro" surgiu no ano de 1970, para indicar um ambiente cultural propício a esse tipo de crime por ter mecanismos culturais (normas, valores e práticas) em que as pessoas acabam naturalizando e aceitando algumas violências em relação à mulher.

Segundo esse conceito, o princípio que norteia essa cultura é a desigualdade social existente entre homens e mulheres. As mulheres são vistas como indivíduos inferiores e, muitas vezes, como objeto de desejo e de propriedade do homem o que autoriza, banaliza ou alimenta diversos tipos de violência física e psicológica, entre as quais o estupro.

Assim, a "cultura do estupro" difunde, legitima e defende a violência contra a mulher, tudo isso advindo pela disseminação da ideia de que o valor da mulher está diretamente vinculado às suas atuações morais e sexuais e o valor do homem não. Para termos uma ideia da dimensão desta cultura é só pararmos para observar as falas e casos que foram sendo naturalizados ao decorrer dos anos, fazendo com que os homens se sintam com o direito de cometer violência sexual conta as mulheres.

A objetificação sexual é outro fator que alimenta de forma veemente a "cultura do estupro", uma vez que, desde criança é ensinado que o corpo da mulher é uma mercadoria que pode ser consumido, sendo colocada sempre num papel de despertar o desejo sexual do homem, a mulher deixa de ser vista como indivíduo e passa a ser objeto apreciado. Dessa forma, o menino cresce acreditando nisto e constrói padrões que o acompanhará ao decorrer da vida.

Segundo estimativas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 527 mil pessoas sofrem algum tipo de violência sexual por ano no Brasil. Esses dados nos mostram que a violência se mostra crescente e ainda de forma enraizada trazendo consigo o que chamamos de normatização da violência.

Oficialmente, no Brasil, ocorrem 50 mil registros de estupros por ano, dado que o IPEA estima corresponder a apenas 10% do número real, já que pelo menos 450 mil meninas e mulheres violentadas não dão queixa à polícia, por razões que todos conhecemos. Neste sentido, percebe-se que as mulheres sentem-se culpadas e responsáveis pela agressão e acabam por ficar em silêncio e temem denunciar por medo e vergonha. Precisamos romper com esta cultura, não devemos cobrar de meninos que sejam "pegadores", nunca podemos culpar uma menina pelo que aconteceu com ela, precisamos entender que a palavra "NÃO" É NÃO!

O fato de o estupro ter se tornando banal, e for tido como aceitável traz consigo efeitos avassaladores nos índices de violência. Pois os casos vão aumentar à medida que acharmos natural uma menina ser estuprada e no final ela ser tida como a culpada por tal violência. É necessário que tenhamos em mente que nenhuma mulher tem o direito de ser estuprada, mesmo estando ou não de saia curta, bêbada ou não, sozinha ou acompanhada. É essencial compreendermos que a culpa não é da vítima.

Portanto, combater a "cultura do estupro" requer essencialmente a compreensão da mulher como indivíduo, e não como objeto. O consenso e o respeito serão fundamentais neste processo de combate, bem como estarmos atentos a qualquer atitude de violação e agressão à liberdade sexual das mulheres e denunciar o mais rápido possível.

Referências:

<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atua-des/discussao-o-brasil-vive-em-uma-cultura-do-estupro.htm> Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (IPEA, 2014)... - Veja mais em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/discussao-o-brasil-vive-em-uma-cultura-do-estupro.htm?cmpid=copiaecola>

15 dias

16
DIAS
de ativismo
Pela Vida das
Companheiras!

Violência contra a mulher e acesso à justiça

A violência institucional contra às mulheres, como o próprio nome identifica, é a que se pratica nas instituições políticas, eclesiais, sociais, econômicas e científicas contra as mulheres. É importante destacar que essa violência é naturalizada, culpabilizando as mulheres e seus corpos por suas consequências.

O patriarcado é uma das instituições mais antigas do mundo. Com seus dez mil anos foi a base para a divisão sexual do trabalho e a concepção das mulheres como posse dos homens, limitando nosso espaço de atuação ao espaço privado, com o trabalho doméstico e de cuidado, legitimando ainda as violências que sofremos dos homens. As religiões ocidentais, especialmente o cristianismo, se baseia no patriarcado, e por isso a maior parte dos poderes se concentram nas mãos dos homens. Por isso, nas nossas comunidades as mulheres são as maiores responsáveis pelas visitas aos doentes, preparação do altar, organização da liturgia e trabalhos sociais, mas são os homens do clero que decidem sobre o trabalho delas.

Da mesma forma, a violência institucional se apresenta no Capitalismo. Sem a divisão sexual do trabalho e invisibilização do trabalho das mulheres, ele não seria tão forte. O que o capitalismo chama de "doação", "amor" e "cuidado maternal" nós reivindicamos como "trabalho não pago". Sem roupa lavada, comida preparada e casa arrumada, trabalho designado às mulheres, não há como existir o trabalho de produção. No entanto, esse trabalho sequer é contabilizado na economia.

E também precisamos falar da violência do Estado, que no Brasil de 2020 ficou marcada pela violência sofrida pela influencer Mari Ferrer, sendo perpetrada pelo Judiciário e Ministério Público de Santa Catarina.

Tal como no espaço político naturalizou-se o "só não te estupro porque você não merece", frase dita pelo atual presidente, vimos também o "estupro culposo". Todos discursos de homens. É impressionante como as justificativas ao estupro se reinventam nas instituições, como o próprio patriarcado. Vale sempre retomar a análise da antropóloga argentina Rita Segatto: a partir dos corpos das mulheres, homens marcam o seu território. Não se trata de sexo ou busca por prazer. É violência sexual para marcar uma posse.

Mariana foi vítima dupla para marcar os territórios desses homens que não tem vergonha de sair do armário: no seu corpo e no seu clamor por justiça. Nos crimes chamados de sexuais, em tese, a palavra da vítima tem mais valor que nos demais. Mas Mariana tinha também vídeos e laudos, tal como pede a justiça machista burguesa. A única questão é que, como todas nós, foi enganada com o mito que a justiça é cega e se baseia em provas. De fato, em alguns momentos (principalmente quando envolve a criminalização de homens e mulheres negros/as) é muito cega, mas quando os seus filhinhos brancos e ricos precisam de si, ela não esquece que nasceu a partir do racismo, capitalismo e patriarcado. Como cantam as mulheres chilenas **"O Estado opressor é um macho estuprador"**.

O que também deve nos provocar é: se Mariana, modelo, influencer e branca vivenciou toda essa violência institucional, já imaginaram o que passam as mulheres pobres e negras?

É fundamental denunciarmos as violências dos espaços institucionais e lutarmos para que se transformem, mas também passou da hora de fazermos nossa própria justiça, sem dependermos do Estado ou de outras instituições. Não se trata de "olho por olho, dente por dente", mas sim da exposição solidária. Precisamos falar quem é estuprador, quem apoia estuprador e quem na internet se horroriza com esse crime, mas continua sendo machista na prática, invisibilizando mulheres nos espaços e ocupando todos os espaços de poder. Nossa solidariedade de mulheres é nosso caminho para a promoção de uma justiça que enfrente o patriarcado.



6 dia

16
DIAS
de ativismo
Pela Vida das
Companheiras!

Concluimos hoje os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, mas ainda estamos longe de encerrar esta luta, pois só seremos realmente livres quando nenhuma mulher for violentada, silenciada, estigmatizada ou morta.

Já conseguimos dar passos importantes nessa pauta, mas ainda falta muito. É preciso continuar incessantemente na luta, na formação de base, da conscientização, nas campanhas, na linha de frente pela não normalização e não romantização do abuso, das violências. É preciso mexer nas estruturas, incomodar, tomar espaços que são nossos por direitos, empoderar-nos das questões das nossas próprias vidas e não permitir que outros decidam sobre nós!

Os 16 dias de ativismo é um processo fruto de muita resistência e coragem, é um processo filho da indignação, da luta por direitos básicos que há tempos nos privaram: O direito de ir e vir tranquilamente, o direito à vida.

A Pastoral da Juventude, fiel ao evangelho do jovem inquieto e subversivo de Nazaré e coerente ao seu projeto de justiça e vida em abundância, entende que é preciso viver e anunciar o reino e conseqüentemente, denunciar o anti reino. Por isso, se engaja fortemente na luta pela defesa da vida das companheiras, contra o machismo, a misoginia, o patriarcado e tantos outros sistemas de morte. Se engaja na luta por outras relações, que sejam saudáveis e justas, na luta por uma outra sociedade, onde não sejamos vistas como propriedade do outro, das instituições, nem de sistemas opressores e violentos.

Nos seus quase 50 anos de história, se dedica com coragem, profetismo e muita esperança, em projetos, campanhas e iniciativas que façam acontecer um outro mundo possível, a terra sem males, sem violências, exclusões e opressões. Assim como o faz na Campanha Nacional de enfrentamento aos ciclos de violência contra a mulher, nos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres e na vivência diária nos grupos, comunidades, redes e em todo e qualquer espaço em que esteja inserida.

Neste ano tão doloroso e desafiador, onde enfrentamos um vírus que já matou milhões de pessoas no mundo, muitas de nós mulheres, além de temer a Covid, tememos uma outra antiga e normalizada pandemia: as violências contra nós. Tememos morrer dentro de casa nas mãos das pessoas pelas quais nutrimos afetos, pois os casos de violência doméstica aumentaram absurdamente neste período.

Fica nítido que continuar na luta em defesa da vida de todas as mulheres não é possibilidade, é obrigação cristã, humana e social. Mais do que nunca é urgente que essa causa seja abraçada e as campanhas dinamizadas por todas e todos. A civilização do amor só será possível se acabarmos com todos os tipos de violência.

Com essa certeza, compilamos este material, que é a junção de tudo que foi produzido pela PJ nesses 16 dias. Compartilhe com seu grupo, com suas amigas e amigos. Vamos juntas e juntos construindo, sem pedir licença, um mundo de vida e justiça, sem nenhuma de nós a menos!

**Avante, companheiras, companheiros. A vida nos pede sempre mais.
Que a esperança no evangelho da vida seja nossa fonte de coragem!**

**Michelle Gonçalves,
a serviço da secretaria nacional da PJ.**



16 DIAS de ativismo Pela Vida das Companheiras!

REALIZAÇÃO

GT Central - Campanha Nacional de Enfrentamento aos Ciclos de Violência Contra a Mulher

SUB GT - 16 DIAS DE ATIVISMO

- Heloisa Aparecida do Nascimento Silva (Sul 2)
- Gabriela da Silva (Sul 2)
- Keller Augusto (Sul 4)
- Larissa Pereira (Nordeste 3)
- Angélica Nascimento (Nordeste 4)
- Wanessa Freire (Norte 3)
- Eliane Ferreira (Nordeste 5)

Fotos

- Patrícia França
- Miranda Leticy
- Arquivos de fotos da PJ Sul 3

Diagramação

- Heloisa Nascimento (PJ Sul 2)

Textos

- Gabriela da Silva (Sul 2)
- Keller Augusto (Sul 4)
- Larissa Pereira (Nordeste 3)
- Angélica Nascimento (Nordeste 4)
- Wanessa Freire (Norte 3)
- Eliane Ferreira (Nordeste 5)
- Mari Malheiros (Marcha Mundial de Mulheres)

